



**DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2024.**  
**PROCESSO SIPE Nº: 127023/2024.**

**ASSUNTO:** prestação de serviços de pré-preparo, preparo e distribuição de alimentação balanceada, com o fornecimento de gêneros alimentícios e demais insumos, supervisão, distribuição, em condições higiênico-sanitárias adequadas, nas próprias unidades escolares, aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de educação.

O **Secretário Municipal de Governo**, tendo em vista sua competência sobre os atos administrativos da licitação em análise, bem como as prerrogativas das legislações "IN 068/2023; Decreto nº 12.840/2023 e Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e;

**CONSIDERANDO** a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios sob sua tutela;

**CONSIDERANDO** a prerrogativa de autotutela da Administração Pública para rever seus próprios atos objetivando alcançar aspectos de legalidade e verificar a obediência aos pressupostos de validade dos atos que pratica;

**CONSIDERANDO** que a Administração Pública deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios ou ilegalidades, com fulcro no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 e na Súmula nº 473 do STF;

**CONSIDERANDO** a Comunicação Interna da SME, que a análise sobre o projeto de contratação elaborado, e vislumbrando-se a necessidade de adequações para atendimento as necessidades da Secretaria de Educação e Itajaí e que a presente contratação visa a manutenção da alimentação escolar conforme determinações do PNAE, a saber: "Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

**CONSIDERANDO**, que para atender aos estudantes matriculados na educação básica pública das redes estadual, distrital e municipal, o FNDE repassa às



Secretarias Estaduais de Educação (Seduc) e às Prefeituras Municipais (PM), de forma automática e sem necessidade de convênio ou instrumento congêneres, os recursos financeiros federais do PNAE, nos termos da Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024.

**CONSIDERANDO** que para o cálculo do valor total a ser repassado às Seducs e às Prefeituras Municipais, bem como aquele a ser descentralizado à Unidade Gestora da Instituição responsável pela escola federal, o FNDE multiplica o número de alunos matriculados nas escolas federais, estaduais, municipais e distritais, registrado no Censo Escolar pela quantidade de dias letivos (200) e os respectivos valores per capita conforme definições do Art. 47 da Resolução CD/FNDE nº 6/2020 e suas atualizações.

**CONSIDERANDO** que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um eixo fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no país, calcado no emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Desta forma, como os objetivos centrais desta contratação visam garantir o atendimento aos alunos da rede pública de ensino de Itajaí, utilizando recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). É fundamental que a aplicação dessas verbas esteja estritamente alinhada aos propósitos do PNAE, sob pena de desvirtuar a legalidade do processo.

Com isso, deve-se buscar aspectos essenciais nos processos licitatórios para atrair um número maior de participantes e obter propostas mais vantajosas para a Administração Pública, assim, a equipe do órgão demandante identificou inconsistências no Edital e seus anexos.

Tais inconsistências comprometeriam a estimativa de valor da contratação e prejudicariam a compreensão e o julgamento das propostas. Portanto, alinhado ao objetivo de perseguir o interesse público e observar o princípio da legalidade, a constatação desses vícios no ato convocatório demonstra uma evidente inviabilidade de competição. Essa situação, relevante e prejudicial à boa administração financeira e ao interesse público, justifica imperativamente a anulação do processo licitatório em questão.



**DECIDE,**

**ANULAR**, por vício de legalidade, os atos constituintes do certame licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 093/2024 **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRÉ-PREPARO, PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO BALANCEADA, COM O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS INSUMOS, SUPERVISÃO, DISTRIBUIÇÃO, EM CONDIÇÕES HIGIÊNICO-SANITÁRIAS ADEQUADAS, NAS PRÓPRIAS UNIDADES ESCOLARES, AOS ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

Dê-se ciência da decisão.

Publique-se.

Itajaí-SC, 05 de maio de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente

**SERGIO MURILO PEREIRA**

Data: 05/05/2025 13:45:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Sergio Murilo Pereira**  
Secretário Municipal de Governo